

Brandão: com os créditos fechados, é preciso pagar mais

Caminhos da reconstrução-9

Leon Brandão

Oportunidade de decidir

ANTÔNIO DIAS LEITE

Há cerca de dois meses, iniciamos esta série de artigos com o subtítulo "Oportunidade da Discussão". Nessa, e em várias outras ocasiões, procuramos acentuar a importância da existência de um plano de médio prazo de modo que as providências imediatas, para fazer face à crise, estivessem relacionadas com o caminho que se desejasse seguir na reconstrução do País.

A oportunidade me parecia extraordinária para essa discussão. O sentimento de responsabilidade coletiva havia colocado pessoas, das mais variadas posições e tendências, com a disposição de contribuir para uma formulação política que pudesse representar o sentimento de significativa maioria da população, em relação à abertura de novos caminhos. E, de fato, em demonstração impressionante de interesse pela coisa pública, têm sido apresentadas numerosas propostas e realizados debates do mais alto nível em jornais, programas de rádio e televisão, na busca do que parece melhor a cada um para superar a crise. Até um partido político, dos menores, veio a público apresentar o seu programa, através de proposições objetivas, definidas e limitadas que, para os seus membros, parecem adequadas à nova fase que viverá o País, se sair a contento da emergência.

Nesse intervalo de tempo, o partido do governo fica à margem das definições da política econômica que vem sendo conduzida pelas autoridades por ele responsáveis de forma cada vez mais discricionária. Em particular, através do abuso dos decretos-leis, que se sucedem e são corrigidos para corrigir a correção anterior, e são anulados por decisões menores, com uma frequência que já nem dá tempo para que as pessoas responsáveis pela gestão das empresas e dos negócios possam acompanhar o que está ocorrendo. Nesse período, a evolução da crise foi para pior.

As empresas privadas nacionais estão, na sua maioria, depauperadas, muitas falidas. Nesse período, está-se consolidando, na opinião pública, a descrença nos destinos do País. E o mais grave é que esse sentimento está se apossando dos jovens que, ao chegarem à hora do trabalho, não o encontram, e dada a ausência de um plano de médio prazo para o País, não têm perspectiva de oportunidade e emprego no futuro previsível.

Ocorre paralelamente fenômeno que jamais foi visto no Brasil, de busca de oportunidades no Exterior, para a aplicação de recursos financeiros disponíveis que estão sendo transformados em dólares e subtraídos ao processo produtivo nacional. E se este é o estado de espírito dos próprios brasileiros, que devemos esperar daqueles que, do Exterior, acompanham o impasse do Brasil?

Incluo-me no grupo dos que julgam que não podia nem devia ser assim. O Brasil tem, intrinsecamente, as condições não só de superar a crise, como de retomar seu curso de desenvolvimento econômico. Outros pensam de maneira diversa. Existe, enfim, toda uma série de opiniões, manifestações, documentos e sugestões à disposição do governo e do seu partido.

Sem dar atenção a qualquer dessas manifestações, os responsáveis pela política econômica do governo prosseguem inexoravelmente na trilha da recessão cada vez maior, como forma de cura da crise e, ainda assim, com medidas de competência discutível. E isso num momento em que não é só futuro mediato do País que está em jogo, mas também, a própria economia mundial. Com efeito, o Brasil, na sua incapacidade de reencontrar um rumo para si mesmo, pode vir a ser responsável pelo desencadeamento de uma crise financeira mundial de maiores proporções.

A hora do debate público sobre a crise está terminando. Há pouco que, sobre ela, ainda possa ser dito, embora haja muito que discutir sobre os caminhos da reconstrução do País.

Estamos diante da oportunidade de decidir. Antes que se reitere, pura e simplesmente, a disposição de prosseguir na linha traçada, contra a qual se manifesta quase a unanimidade de opiniões, cabe uma pausa para a apreciação global de uma política econômica de médio prazo. O objetivo maior, de reconstrução do País, integra aspectos políticos, econômicos e sociais, tem a

influência sobre as medidas imediatas e envolve a necessidade de decisões da maior seriedade, para o País como um todo, qualquer que venha a ser o caminho escolhido.

Para se obter com rapidez, e ainda a tempo, uma apreciação global que sirva de base para um debate no âmbito do governo, é imperativo que se constitua um grupo de pessoas, composto de representantes dos partidos políticos no Congresso Nacional, de representantes do empresariado e dos trabalhadores e de profissionais do campo da economia e das finanças, que tenham tido, todos, parte ativa nos recentes debates. A iniciativa teria de vir do próprio presidente da República e das lideranças do PDS. Não deveriam participar desse grupo, para evitar constrangimentos, pessoas diretamente ligadas à execução da política do governo.

O grupo formado dessa maneira, ou de outra que parecer mais adequada, faria a tentativa de chegar ao consenso quanto ao maior número possível de pontos fundamentais de política, compreendendo necessariamente votos divergentes em separado. Este trabalho básico poderia ser realizado em poucos dias, ainda a tempo para que novo plano de ação seja posto em marcha, antes que o desfecho da crise venha a ocorrer por omissão ou que implique novas decisões de momento, que possam ter conseqüências de difícil remédio durante o processo de reconstrução do País.

As diretrizes que resultarem aprovadas no âmbito do Executivo seriam submetidas à discussão no Congresso Nacional, com prioridade sobre todas as demais matérias e com vistas à formulação de um plano final que tenha suporte político ampliado, capaz de orientar e respaldar as medidas concretas e a ação prática da administração.

A tarefa que se propõe para esse grupo não é simples. A responsabilidade é terrível. Além das dificuldades intrínsecas do problema econômico e financeiro, há que contar com a inter-relação deste com os essencialmente políticos da sucessão e das modificações constitucionais. Mas vale a pena tentar. Tenho a convicção de que existem condições para que o Brasil retome a iniciativa em relação ao seu próprio caminho, e condições para que esse caminho seja tal que possibilite retomada do desenvolvimento e da capacidade de gerar empregos. O Brasil dispõe da base física, nas suas terras e na capacidade de crescimento da sua agricultura, nos seus recursos minerais e na expansão da sua mineração, nas fontes de energia, na capacidade instalada da sua indústria em grande parte ociosa e, finalmente, na mão-de-obra disponível, desempregada, que compreende uma parte substancial já preparada para as tarefas que podem ser desenvolvidas.

Não se pode esquecer, todavia, que a realização desse potencial exige três condições:

I — O reconhecimento das limitações decorrentes da dívida externa, objeto do nosso artigo "Pressão da Dívida Externa";

II — A elaboração de um plano de médio prazo, específico para a conjuntura que estamos vivendo;

III — A existência de uma vontade nacional de superar a crise e de iniciar a reconstrução.

Não se trata de repetição atualizada de planos econômicos anteriores. Os aspectos político e social terão maior relevância, especialmente no que se refere à repartição, com um mínimo de iniquidade, dos ônus da reconstrução entre os vários segmentos da sociedade. A informação ampla da situação e a explicação inteligível do plano, e de cada uma de suas medidas e respectivas conseqüências, são requisitos indispensáveis para que se reconquiste a confiança pública.

O trabalho do grupo de pessoas, que se propõe seja iniciado com urgência, produzirá, certamente, um documento básico através do qual se poderá alcançar o suporte da maioria da opinião pública que está ansiosa por um caminho realizável que traga esperança para o futuro do País e de cada um. Na convicção de que, da forma aqui proposta ou de outra, ocorrerá necessariamente a formulação de plano de médio prazo, retornaremos, nos próximos artigos, à análise, que vínhamos fazendo, das bases de uma política de reconstrução.

ESTADO DE SÃO PAULO

21 AGO 1983